

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.627.385 - PB (2019/0353560-4)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : ESTADO DA PARAÍBA
PROCURADORE : FÁBIO ANDRADE MEDEIROS - PB010810
S
FELIPE DE MORAES ANDRADE
ROBERTO MIZZUKI E OUTRO(S)
AGRAVADO : FELIPE SILVA DE ABREU
ADVOGADOS : UBIRATÃ FERNANDES DE SOUZA - PB011960
ALEXANDRE GUSTAVO CEZAR NEVES - PB014640

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado pelo ESTADO DA PARAÍBA contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art, 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA, assim resumido:

REMESSA NECESSÁRIA E APELAÇÃO AÇÃO DE COBRANÇA C/C OBRIGAÇÃO DE FAZER PROCEDÊNCIA PARCIAL SUBLEVAÇÃO DO AUTOR POLICIAL MILITAR REGIME JURÍDICO DIFERENCIADO DO SERVIDOR PÚBLICO CIVIL ADICIONAL DE INSALUBRIDADE CONGELAMENTO COM BASE NO ART 2º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 50/2003 AUSÊNCIA DE PREVISÃO EXPRESSA REGRA NÃO ESTENDIDA AOS MILITARES EDIÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 185/2012 CONVERSÃO NA LEI ESTADUAL Nº 9703/2012 LACUNA SUPRIDA POSSIBILIDADE DE CONGELAMENTO DOS ADICIONAIS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA ENTENDIMENTO SEDIMENTADO NO ÂMBITO DESTE SODALÍCIO HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS MAJORAÇÃO CABIMENTO PROVIMENTO PARCIAL DO APELO DESPROVIMENTO DA REMESSA NECESSÁRIA.

Alega violação do art. 1º, *caput*, do Decreto n. 20.910/1932, no que concerne ao transcurso do prazo prescricional, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Pois bem. É o que exatamente sucede *in casu* dos autos.

Dentro desse quadro, no instante em que passara a vigor a lei complementar nº 50/03, em 30 abril de 2003, norma esta que modificou a forma de pagamento do adicional de insalubridade exsurge a suposta lesão e, de resto, a própria pretensão, iniciando-se, de tal arte, a contagem do lapso prescricional de 5 (cinco) anos.

É dizer, então: a norma em desfile se trata de típica lei de efeitos concretos, que modificou a forma de pagamento de parcela remuneratória referente a todos os servidores públicos de Administração direta e indireta do Poder Executivo.

O postulante, ao alterar que a modificação em foco não o açambarcaria - por ser justamente servidor público militar - possuía 5 (cinco) anos para a propositura da demanda respectiva, contados a partir da data da vigência da norma em comento, que trouxe uma lesão ao seu patrimônio jurídico.

Iterativa é a jurisprudência, nessa toada:

[...]

Destarte, considerando a regra plasmada no art. 1º, do Decreto 20.910/1932, impõe-se o reconhecimento da prescrição da exigibilidade do direito em comento, afinal de contas, o termo final do lapso prescricional (30 de abril de 2008), de há muito, já se havia passado quando ajuizada a presente ação. Merece reforma, de conseguinte, o acórdão vergastado, a fim de que se reconheça a prescrição da exigibilidade do direito do ora Recorrente (fls. 85/87).

É o relatório. Decido.

Na espécie, é incabível o recurso especial porquanto eventual violação de lei federal seria meramente indireta e reflexa, pois exigiria um juízo anterior de norma local (municipal ou estadual), o que atrai, por analogia, o óbice do enunciado de Súmula n. 280/STF.

Nesse sentido, o STJ já decidiu que, "consoante se depreende do acórdão vergastado, os fundamentos legais que lastrearam a presente questão repousam eminentemente na legislação estadual. Isso posto, eventual violação a lei federal seria reflexa, uma vez que a análise da controvérsia requer apreciação da legislação estadual citada, o que não se admite em Recurso Especial. Portanto, o aprofundamento de tal questão demanda reexame de direito local, o que se mostra obstado em Recurso Especial, em face da atuação da Súmula 280 do Supremo Tribunal Federal, adotada pelo STJ" (REsp 1.697.046/RS, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 26/11/2018).

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt no AREsp n. 1.196.366/PA, relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe de 28/9/2018; AgRg nos EDcl no AREsp n. 388.590/RS, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de 29/2/2016; AgRg no AREsp n. 521.353/RJ, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 19/8/2014; AgRg no REsp n. 1.061.361/RS, relator Ministro

Superior Tribunal de Justiça

Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 25/4/2014; AgRg no REsp n. 1.017.880/ES, relatora Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, DJe de 3/8/2011.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente